

GOIÂNIA E O HIGIENISMO EUGÊNICO: DISCURSO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Carlos Rubens Ferreira¹

RESUMO

O presente artigo tem por objeto a investigação quanto a origem e propagação das ideias eugenistas ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Há aqui uma preocupação em situar a propagação do movimento e sua inserção nos debates dos círculos intelectuais brasileiros, para que se possa compreender a sua apropriação pelo projeto de consolidação do estado nacional que ganhava impulso década de 1930. Assim, a construção do texto se volta à inserção e recepção do eugenismo entre a intelectualidade médica, e a disputa pela preponderância entre as diversas correntes eugênicas racistas, com o descarte das visões radicais que pregavam aprimoramento da humanidade através da esterilização dos “inadequados”, e a não mistura de raças diversas. Procuramos então compreender como a eugenia, uma ciência biológica, passou a se imiscuir nas questões de ordem social, lançando propostas que “garantiriam” a superação do atraso e conquista da civilidade. Sua preocupação com a saúde física e mental da população e, portanto, preocupações sanitárias e higiênicas. Como essas ideias foram absorvidas pelas formulações político-sanitárias do Estado e se constituíram em estratégias de poder no Governo Vargas e a apropriação e institucionalização desse discurso em Goiás. A institucionalização é avaliada a partir do projeto arquitetônico da cidade de Goiânia e a construção do Leprosário Colônia Santa Marta, edificação do Preventório Afrânio de Azevedo e do Hospital Psiquiátrico Professor Aduato Botelho.

Palavras-chave: Eugenia; higienismo; nacionalismo; *Revolução* de 1930; ludoviquismo.

Introdução

Direta ou indiretamente, o tema em questão se constituiu como objeto de investigação dos seguintes trabalhos acadêmicos, vinculados ao programa de pós-graduação em história da UFG: “Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962) (2013)”, tese de doutoramento, professora Leicy Francisca da Silva; dos filhos de lázaros: Um estudo sobre o Preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950 (2014)”, dissertação de mestrado, professora Kalyna Ynanhiá Silva de Faria; “Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás (2011) e Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010) (2016)”, respectivamente, dissertação e tese, professor Éder Mendes de Paula, e são eles que despertam a presente reflexão.

¹ Licenciado em História (ICHL/UFG-1991); Bacharel em Direito (FD/UFG-1998); Especialista em Docência Universitária (UNIVERSO-2004); Mestre em Direito Agrário (FD/UFG-2002); Programa de Pós-Graduação em História/UFG. E-mail carlosrubensferreira@gmail.com.

Nesse sentido, para contextualizar o higienismo como uma vertente brasileira da eugenia, sua apropriação pelo Estado na consecução dos objetivos de construção da nacionalidade e, portanto, “normatização” de condutas, sua apropriação pela política regional e subsequente institucionalização, o trabalho foi dividido da seguinte forma:

Primeiro, uma exposição que procura, em apertada síntese, compreender e contextualizar o surgimento e a expansão da eugenia, sua recepção e adaptação no Brasil, com suas várias vertentes. E, partir daí, procurar compreender como a espécie higienismo pode se destacar, mas não se desvincular do gênero *eugenia*, para então ser amplamente adotado como política pública nacional, na construção do projeto-nação, a partir dos anos 30, e ganhar sua vertente regional com o “ludoviquismo”.

O passo seguinte se concentrou na imersão regional quanto à construção, apropriação e incorporação do higienismo no discurso político de Pedro Ludovico na década de 30, para alçar-se e manter-se no poder frente ao Estado. E após a sedimentação do poder, a preocupação com a institucionalização do discurso, adotando-se um projeto arquitetônico para a nova capital em sintonia com as ideologias que aqui chamo de “eugênico-higienistas” (apenas para demarcar o caráter eugênico do higienismo).

Finalizamos, com a análise dos trabalhos acadêmicos acima mencionados, que demarcam, a nosso ver, o estudo da sequencialização do processo de institucionalização da eugenia no Estado, entendido aqui como aplicação prática, via poder público, dos preceitos eugênico-higienistas. Os mesmos que inspiraram a tomada do poder por Pedro Ludovico, e passaram a nortear a ação do Estado na consecução de suas políticas públicas. Assim, se procurou demonstrar que as edificações do leprosário Colônia Santa Marta, do Preventório Afrânio de Azevedo e do Hospital Psiquiátrico Professor Adalberto Botelho, se encontraram em perfeita sintonia com o projeto de poder “pós-Revolução” de 1930.

1. Higienismo: eugenia à brasileira?

Praticamente, quando se fala em eugenia, geralmente somos levados a evocar em nossas lembranças imagens que nos remetem ao holocausto nazista contra os judeus, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e mentais, durante a segunda guerra mundial (AGAMBEN, 2008). E é natural que assim o seja em razão da grande repulsa que se nos desperta tamanha desgraça (LEVI, 1990). Entretanto, o movimento eugênico se manifestou em concepções variadas e multifacetadas que foram se adaptando à diversidade dos contextos sociais, econômicos e políticos específicos, e às circunstâncias regionais. Desde

o final do séc. XIX, já não se constituía em um debate restrito à ilha da Grã-Bretanha, onde se originou, conquistando rapidamente o continente europeu e se propagando por toda a América de colonização inglesa, espanhola e portuguesa (STEPAN, 2005).

Nancy Leys Stepan em sua clássica obra “A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina”, faz um excepcional mergulho sobre o tema e nos conduz a uma apreciação minuciosa do movimento eugenista, apontando sua origem, propagação e evolução, com destaque especial para a América Latina e Brasil. Mais do que isso, procura demonstrar as várias vertentes que movimento adquiriu, inclusive sua versão higienista (sanitarista), que ganhou apreço entre a intelectualidade brasileira dos anos 1920-1930.

Sob este aspecto, “dificilmente se poderia considerar a eugenia uma ideia nova em 1883, apesar de esse ter sido o ano em que o nome foi cunhado” pelo inglês Francis Galton. O primeiro a incursionar por esse campo, se impressionou, desde logo, com a leitura da obra “A origem das espécies” de Charles Darwin e pode, a partir daí, estabelecer correlações entre hereditariedade humana e política social, publicando em 1869 a obra “o gênio hereditário”, “considerado o texto seminal da eugenia”. Nesta obra, procurou demonstrar, adotando métodos genealógicos e estatísticos, que a “aptidão humana” seria consequência da hereditariedade, não resultado da educação (STEPAN, 2005, p. 29-30).

Entusiasmado com as novas ideias científicas, Galton fazia proselitismo da ascensão da raça, apregoando a possibilidade de se aprimorar a genética humana através da seleção deliberada de sujeitos “adequados” em detrimento dos “inadequados”, como possibilidade de se acelerar o processo que a própria seleção natural darwiniana já vinha realizando (STEPAN, 2005, p. 32).

No final do séc. XIX, enquanto em países como os Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, a miscigenação entre “raças heterogêneas” era “frequentemente apontada como a principal responsável pela degeneração e desarmonia antropológica entre os povos não-europeus”, no Brasil o debate em torno da “mistura de raças” alcançava diferentes significados. Parte da intelectualidade “condenava a miscigenação e a ela atribuíam a responsabilidade pelo suposto caráter indolente e pela falta de iniciativa e civilidade dos mestiços”. Outro grupo cria na miscigenação como caminho para a redenção do povo brasileiro, porquanto viam nesse processo sinais de branqueamento da população (SOUZA, V., 2011, p. 207).

Sobretudo na década de 1920 o movimento eugenista no Brasil ganhou forte conexão entre ciência e ideologia social. Impulsionado pelas características de uma sociedade

abertamente hierarquizada e racialmente estratificada, a eugenia ganhou terreno fértil para florescer, às vezes ganhando contornos racistas, e em momentos de ufanismo nacionalista, apontando para a redenção da raça através da miscigenação.

Contra um pano de fundo de profunda ansiedade pelo fato de o Brasil ter deixado de obter um tipo nacional homogêneo e receio de que a degeneração racial ameaçasse a nação, começou a firmar-se a ideia de que a miscigenação racial no país deveria ser vista em termos positivos, em vez de negativos (STEPAN, 2005, p. 166).

Pensadores, como João Batista Lacerda, defendiam corrente ideológica que apregoava a “teoria do branqueamento”. Acreditavam que negros e índios puros, com o tempo desapareceriam, pois a seleção natural e social trabalharia contra os “tipos inferiores” em razão das altas taxas de mortalidade e baixa reprodução, enquanto a imigração branca permitiria o rápido aumento da proporção de brancos. Ao final das contas, a superioridade biológica dos brancos, em eventuais cruzamentos com mulatos, resultaria em um branqueamento da população (STEPAN, 2005, p. 166). Apesar da visão “positiva” da miscigenação, a postura era racista. E nesse campo não havia unanimidade.

Mesmo Roquette-Pinto, favorável à miscigenação e adepto da corrente eugenista mendeliana, que se destacara como árduo crítico do “arianismo” defendido por Oliveira Viana, e se contrapunha às teses racistas dos autores estrangeiros, “acreditava que a miscigenação entre brancos e negros, ou brancos e mestiços, tenderia a um acentuado retorno às características dos primeiros” (SOUZA, V., 2011, p. 209). O fato é que quando se tratava da questão da miscigenação, mesmo dentre aqueles que a viam com simpatia, não havia unanimidade de posições.

Em campo oposto, e mais radical, se colocavam vozes como a de Renato Kehl, autêntico mendeliano, que defendia abertamente em suas publicações que “o Brasil tinha menos necessidade de exercício, educação e higiene geral do que da esterilização dos degenerados e criminosos, da imposição de exames pré-nupciais compulsórios e da legislação sobre controle de natalidade” (KEHL *apud* STEPAN, 2005, p. 169). Via nos mulatos “elementos heterogêneos, instáveis”, que perturbavam a ordem nacional, e defendia que a miscigenação racial não poderia ser motivo de comemoração, mas motivo de tristeza.

Já o eugenista britânico Caleb Willian Saleeby, teve papel importante ao dar maior notoriedade a uma discussão que já vinha se desenvolvendo entre os adeptos da corrente

eugenista neolamarckiana, por apregoar a possibilidade de redirecionar a raça, atacando os “venenos raciais”. A este fenômeno Saleeby denominou de “eugenia preventiva”, e procurou distingui-la da eugenia “positiva”, que tinha como meta incentivar a reprodução dos “adequados”, e também da eugenia “negativa”, que propunha controlar a reprodução dos “inadequados” (STEPAN, 2005, p. 94).

A proposta de contenção, ou erradicação destes “venenos” partia do pressuposto de que o acometimento de uma determinada doença ou vício por uma pessoa poderia saturar o organismo humano e levar à sua transmissão genética para as gerações seguintes. E o controle das condições ambientais, como a eliminação de condições insalubres de moradia, ao proporcionar uma vida saudável, permitiria, pela mesma lógica, a sua transmissão hereditária para as gerações futuras, pois essa ideia partia do pressuposto da “herança dos caracteres adquiridos” (SOUZA, V., 2011, p. 293-294), caracterizando bem o neolamarckismo.

Essa construção teórica implicava na possibilidade de aprimoramento hereditário da raça através de reformas das condições ambientais “e significava ou a fusão da eugenia com saneamento preventivo, ou a expansão do saneamento preventivo para incluir o saneamento da hereditariedade humana” (STEPAN, 2011, p. 93). E assim, estavam postas as condições para o desenvolvimento teórico do movimento sanitaria ou higienista.

Nessa linha de pensamento, merece especial destaque as obras “Minha terra, minha gente”, de 1916 e “Higiene”, publicada em 1917 por Afrânio Peixoto, professor de higiene pública da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde “criticava os cientistas médicos europeus por difamarem o clima brasileiro e negarem a existência de doenças tropicais, operando um esforço para resistir às afirmações do exterior de uma degeneração inerentemente brasileira” (STEPAN, 2005, p. 94-96).

Destaca-se também a publicação de Belisário Penna, “O Exército e o Saneamento”, de 1920, em que apresentava as ideias eugênicas como pertencentes ao mesmo campo científico do qual a higiene e o saneamento faziam parte. “A associação entre eugenia e higiene, ou saneamento, foi tão intensa no país que os primeiros trabalhos produzidos pelos eugenistas se confundiam com o próprio ideário propagado pelos reformadores da saúde pública” (SOUZA, V., 2011, p. 291).

A contextualização dessas ideias tem relevo aqui para a compreensão da propagação e institucionalização do discurso higienista em Goiás. Esses novos debates que ascenderam aos círculos intelectuais a partir da “Revolução de 1930”, e que foram apropriados por

Pedro Ludovico, incluíam como estratégia de construção de uma nação a “preocupação com o esquadrinhamento e a higiene do espaço, interferência no corpo e na sociedade” (SILVA, 2013, 225-226).

Acreditava-se que o desenvolvimento nacional dependeria do desenvolvimento do indivíduo, e que, portanto, para que transformações sociais houvesse, o Estado deveria intervir no corpo do cidadão. Mas, antes teria o dever de identificar os males da população e atacá-los, e essa nova postura do Estado era considerada símbolo de modernidade – o Estado se modernizava. E modernidade era um dos temas principais do discurso de Ludovico, contrapondo a necessidade de construção da capital ao de atraso da Cidade de Goiás.

De acordo com Leicy Francisca da Silva, “em Goiás, o ataque aos males endêmicos, o controle do indivíduo pelo poder médico, a educação sanitária e a higienização do espaço público eram fundamentais”, isto porque as ideias científicas da eugenia e do higienismo apregoavam que o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização dependeriam da “melhoria do corpo do trabalhador e consequente incentivo à produção” (SILVA, 2013, p. 224-225). Para que o Estado de Goiás se desenvolvesse e urbanizasse teria que desenvolver políticas higienistas, através da intervenção do Estado.

2. A apropriação política do discurso eugênico-higienista

Ainda que não seja nosso o objeto de uma análise mais acurada do discurso eugênico-higienista na vasta historiografia regional que investiga a construção de Goiânia e a transferência da capital, vale a pena tecer algumas considerações sobre a apropriação regional desse discurso de forma pragmática a justificar e legitimar a mudança da capital na década de 1930.

Se voltarmos os olhos para a Cidade de Goiás antes de ser despojada do título de capital do estado, e até mesmo antes do arroubo sanitário engajar o discurso político, é possível verificar o “funcionamento regular” das instituições naquela cidade, sem oposição de um discurso que questionasse mais profundamente o seu *status quo* sanitário, ou a condenasse como inviável à saúde pública. Ressalva feita às manifestações esporádicas de viajantes ou insinuações como as dos Presidentes da Província de Goiás, Couto de Magalhães e Rodolfo Gusmão da Paixão em 1891, este, em mensagem à Assembleia Estadual onde condenava efusivamente o “estado sanitário” da cidade (PAIXÃO *apud* SOUZA, R., 2021, p. 134-137).

Ainda que a antiga Vila Boa não se tivesse constituído como uma *pólis* planejada, nascida das necessidades em atender à corrida pela exploração do ouro, sua conformação urbanística se adequava perfeitamente aos desígnios arquitetônicos que dominavam os projetos de estruturação urbanística do séc. XVIII e inícios do XIX (MORAES *apud* SOUZA, R., 2021, p. 148). De inspiração moura, o espaço de construção das residências mostrava sintonia com os tempos em que o espaço público não definiu o privado “mas sim esse último que, ao ser edificado, determina e delimita a via pública urbana, demonstrando uma clara relação com os modelos de organização espacial implantados pelos muçulmanos em território ibérico” (COELHO, 1997, p. 101).

Mais disso, o fato da arquitetura das residências contarem com quartos sem ventilação, já que alguns não possuíam janelas, estava em perfeita sintonia com as concepções arquitetônicas da época em que foram concebidas (COELHO, 1997, p. 115). Entretanto, no final do século XIX é possível verificar a presença na cidade de ideias que se aproximavam dos pressupostos higienistas que dominavam as discussões nos círculos intelectuais da capital federal. Ou seja, as ideias que pululavam nos acalorados debates na capital, de alguma forma reverberavam no distante sertão, mas talvez ainda sem uma apropriação institucional pelas políticas públicas, pois:

O asilo da antiga capital goiana não fora criado para reprimir, ou seja, não pode ser visto como uma prisão, nem como um aparato do poder constituído. Pelo contrário, o asilo foi idealizado, elaborado e construído por leigos amparados na caridade cristã, apesar de contar algumas vezes com a ajuda do poder público, mas que nada influenciava na operacionalização da instituição (SOUZA, R., 2010, p. 95).

De qualquer forma e, apesar dessa não-apropriação institucional, no final do século de XIX na Cidade de Goiás prenunciavam-se as primeiras preocupações com a salubridade, presentes na própria idealização do projeto de construção do asilo São Vicente de Paulo em 1886 e o início da sua execução em 1889, ficando patente na manifestação das freiras a necessidade de se levar os libertos da escravidão para uma casa onde não houvesse “o risco de contaminar o ambiente e, por conseguinte, enfrentar as temidas epidemias, que nesta época grassava o território goiano” (SOUZA, R., 2010, p. 61), nesse sentido,

até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o

estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias contribuía para o aparecimento de doenças (ROSEN *apud* SOUZA, R., 2010, p. 61).

Além disso, denotava-se preocupação, ainda que tímida, com qual destinação sanitária deveria ser dada àquela miríade de “alienados mentais” que circulava pelas ruas da cidade, sem ocupação. Não merecendo censura a “renca de bobos” que diligenciavam favores às famílias que, *mui* convenientemente, se apropriavam de tais criaturas a arrancar-lhes a prestação de serviços. Sendo que “muitos deles eram utilizados para carregar água da fonte da Carioca ou do Chafariz para as casas de família” (OLIVEIRA *apud* SOUZA, R., 2010, p. 121) como alternativa à má qualidade da água extraída das cisternas de que dispunham as residências. A compensação pelo serviço prestado? “A troco dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais domésticos” (TEIXEIRA *apud* SOUZA, R., 2010, p. 122).

Angústias vilaboenses como tais (*E.g.*o que fazer com os alienados mentais desocupados?) talvez pudessem apenas reverberar timidamente os grandes debates sanitários que acometiam a capital federal, para nunca se perder o ar de civilidade.

Mas, muito provavelmente, talvez ideias sanitaristas mais radicais, como as grandes reformas urbanas pelas quais havia passado a capital francesa no final do século XIX (VICTOI, 2013, p 40), soassem como perturbadoras de uma ordem consagrada há muito pelos costumes ali convenientemente arraigados, dispensando quaisquer apropriações institucionais de um discurso sanitário mais radical, que, com certeza, esbarraria na própria constituição arquitetônica da cidade, sem solução de resultados eficazes.

No entanto, a quebra do pacto político das oligarquias que se representavam nos governos da República Velha com o advento da “Revolução de 1930”, saneou condições políticas favoráveis que permitiram a Pedro Ludovico finalmente alçar-se ao poder, após não conseguir se eleger deputado federal pela oposição através das eleições de 1º de março de 1930 (SOUZA, R., 2021, p. 113).

Médico e político, Pedro Ludovico soube fazer a leitura “correta” de seu tempo e colocar em prática ações que lhe possibilitassem alçar-se e perpetuar-se no poder. Grupos econômicos oligárquicos do sul e sudoeste goianos, que aguardavam por mudanças para expansão de seus negócios, e ansiavam por uma fatia de poder, viam com bons olhos a proposta apresentada pelo político quanto a mudança da capital do estado. Aliás, “a ideia da mudança não era apenas de Pedro Ludovico. Era um desejo de Vargas, era uma

necessidade do capitalismo. Era uma dinamização da economia goiana, incorporando-se mais e mais à economia nacional” (CHAUL, 1988, p. 76).

Apropriando-se de um discurso eugênico, que poderia ser considerado universal naqueles tempos, encontrou aí o lugar de fala legítimo na versão higienista do movimento para construir seu discurso mudancista. “Grande parte da argumentação utilizada por Pedro Ludovico se calcava no seu saber médico e [...] ‘como médico, Pedro Ludovico mal chegara ao Executivo Estadual, tentou utilizar o saber médico como estratégia de poder” (CAMPOS *apud* CHAUL, 1988, p. 76). Além de voltar o seu discurso contra a família Caiado, para legitimar-se como novo líder, “Pedro Ludovico não só examinou cuidadosamente a Cidade de Goiás como a um doente como atestou a ela uma enfermidade incurável, quase que produzindo um atestado de óbito” (SOUZA, R. 2021, p. 131).

Portanto, aqueles arremedos de discurso eugênicohigienista que ensaiavam seu proselitismo numa “limpeza” da cidade dos “alienados mentais”, timidamente materializados na construção do o Asilo de São Vicente de Paulo no final do século XIX, já mencionado, não se comparam a uma apropriação substancialmente orgânica (GRAMISC, 2016) desse discurso que se encontrava disponível na elaboração teórica e intelectual europeia e tinha ganhado adeptos no Rio de Janeiro e São Paulo. Discurso que facilmente propagaria, bastando encontrar o terreno fértil para florescer e a pessoa certa para conduzi-lo.

Pedro Ludovico, que se encontrava no lugar certo e na hora certa, cioso de sua condição de intelectual da medicina, soube muito bem articular seus anseios pessoais, as forças econômicas e políticas que se encontravam em jogo no estado, todas ansiosas por mudanças, e arrebatá-las em conúbio com os ideais da “Revolução de 30”, podendo assim assumir o protagonismo desses movimentos em primeira pessoa.

Em 1933 Pedro Ludovico envia um relatório ao Governo Vargas com o objetivo de se consolidar politicamente (SOUZA, R., 2021, p.104). No capítulo IX desse relatório ao tratar da mudança da capital expôs “uma sólida e apaixonada argumentação em defesa dessa ideia, embasada histórica e cientificamente”. Sobre a Cidade de Goiás dizia que a sua doença chamava-se atraso, contrapondo a construção de Goiânia como o progresso. Para ele esse atraso seria “uma doença tão grave que contamina todo o restante do estado, que curá-la precisava-se atacar a raiz da doença ou do problema, condenando, desse modo, a antiga capital” (Idem, p.131).

Para ilustrar suas argumentações, Pedro Ludovico evoca o testemunho apontado em 1893 no Relatório de Couto de Magalhães, então Presidente da Província, e de outro Presidente, Rodolfo Gustavo da Paixão, este, referente a um documento anexo à mensagem enviada, em 1891, à Assembleia Estadual. Todos fortes nos argumentos quanto a inviabilidade sanitária da Cidade de Goiás e, portanto, a engrossar e legitimar os argumentos eugênicos-higienistas do “doutor”.

De acordo com o professor Rildo Bento de Souza, “nesta perspectiva, o discurso urdido por Pedro Ludovico para justificar a urgência da mudança da capital, cujas obras na época do Relatório já haviam se iniciado, abarcaram sobremaneira o aspecto higiênico e sanitário” (2021, p. 138-139). Diria, portanto, também eugênico, posto que higieira e sanitarismo revelavam vertentes adaptadas da eugenia fundada na ideia de “herança dos caracteres adquiridos” de tendência neolamarckiana, como já exposto.

Entretanto, a propósito da construção dos argumentos, Pedro Ludovico olvidou mencionar em seu relatório o resultado das manifestações publicadas em 1916 sobre a Cidade de Goiás em outro relatório, chamado “Viagem Científica”, sob os cuidados dos médicos sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Pena. O documento foi resultado de uma expedição solicitada ao Instituto Oswaldo Cruz pelo órgão da Inspeção de Obras contra as Secas, vinculado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas. Conforme o professor Rildo Bento de Souza (2021, p 143-144):

O trecho do relato [...] descortina uma Cidade de Goiás que Pedro Ludovico fez questão de esconder. Ao ressaltar os seus aspectos positivos, que surpreendeu os visitantes, tais como o comércio, as boas estradas, a biblioteca, clubes literários (numa clara referência ao Gabinete Literário), os edifícios públicos, as casas rebocadas e caiadas, *fornadas e assoalhadas*, a população bem alimentada, seguindo os preceitos higiênicos, Arthur Neiva e Belisário Pena forjaram um discurso que poderia colocar em xeque toda a argumentação de uma cidade doente urdida por Pedro Ludovico.

Não bastasse isso, “utilizou como parâmetro para condenar a cidade o Regulamento de Saúde Pública que ele mesmo instituiu”, argumentando no relatório “que a antiga Vila Boa não atendia aos preceitos do Regulamento dos Serviços de Saúde Pública do Estado de 1931, criado durante a sua gestão” (SOUZA, R., 2021, p. 144-145).

Conclui que Pedro Ludovico adotou um critério seletivo ao escolher quais opiniões se encaixariam em seus propósitos, excluindo o importante documento que colocava em xeque os seus argumentos quanto à inviabilidade sanitária da Cidade de Goiás, que fora

bastante elogiada no Relatório de Manguinhos ao considerar que “seus habitantes bem alimentados e adistrictos já ás exigencias dos preceitos de hijiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs” (NEIVA *apud* SOUZA, R., 2021, p. 143). Por outro lado, o documento havia desferido severas críticas em relação ao restante do estado. Considerá-lo abriria dúvidas quanto a pecha de insalubridade que procurava lançar sobre a cidade.

Esse fato revela o quanto o político estava consciente quanto a construção planejada do discurso para atender aos seus propósitos políticos regionais, e que o fato de ter se formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915, momento em que pululavam as discussões eugenistas na capital federal, o houvera permitido assimilar em primeira mão as ideias que seriam incorporadas pelo Estado como projeto de nação pós-1930.

3. O discurso se institucionaliza

Em processo de institucionalização, a arquitetura da cidade de Goiânia deveria significar a transposição do discurso eugênico-higienista que norteou as críticas do Governador à Cidade de Goiás, para a edificação de um projeto arquitetônico da nova capital, idealizado sob o mesmo espírito. Uma cidade que “se construía discursivamente a partir das temporalidades próprias das cidades imaginadas”, pensada como projeto que se contrapunha à insalubridade da antiga capital do estado, deveria ser erigida “como um *locus* privilegiado da saúde” (SILVA, 2013, p. 257).

O projeto arquitetônico ficou a cargo de Armando de Godói e Atílio Correia Lima, e se apegava “às bases científicas da bacteriologia, parasitologia e epidemiologia, reforçando nesse aspecto, um planejamento urbano que valorizasse a higiene”. E que, portanto, deveria tratar-se de um plano que seguisse “a orientação de apresentar uma cidade com condições ideais para a saúde física e psíquica de sua população, e cuja função fosse a de integradora de novos hábitos e costumes” (SILVA, 2013, p. 259).

Daí esse caráter institucionalizante em que o poder público, arrebatado pelas forças políticas vitoriosas, passa a materializar em uma obra arquitetônica o projeto de cidade moderna ciosa dos preceitos médicos (higiênicos), confundindo a figura de político e médico na pessoa do líder. “Uma cidade pensada para se tornar centro de produção, trabalho e educação para todos, um local onde os homens poderiam se desenvolver plenamente física e espiritualmente” (VICTOI, 2013, p. 136).

Nessa direção, os projetistas não se descuraram do caráter orgânico do projeto arquitetônico, em que uma cidade limpa, arborizada e com amplas avenidas é projetada para acolher indivíduos “adequados”. Onde, há dezoito quilômetros da capital, fora da cidade, concomitantemente, é edificado um leprosário para segregação os “inadequados”. Para tanto, fizeram constar como parte integrante do traçado da cidade a edificação de um “leprosário-modelo ou cidade-leprosário que seguia a perspectiva utópica de um espaço positivo para constituição do corpo social”. Portanto, a edificação e inauguração do leprosário Colônia Santa Marta (1943), “um microcosmo de Goiânia”, não coincidentemente executada pela firma de engenharia dos Irmãos Coimbra, a mesma que se encarregou da edificação dos prédios públicos da cidade (SILVA, 2013, p. 259), se encontrava em plena sintonia com a institucionalização do projeto sanitaria, eugênico-higienista, agora, parte integrante das políticas públicas do estado.

De acordo com a professora Kalyna Ynanhiá Silva de Faria (2014, p. 23):

O combate à lepra se escorava precariamente no tripé institucional composto por: *Dispensário*, com a função de descobrir, selecionar, internar os doentes, examinar os seus comunicantes e educar as massas; *Leprosário*, que procurava isolar, assistir – material e moralmente – tratar e recuperar os doentes, devolvendo-os ao meio social; e *Preventório*, que recolhia os filhos sadios dos hansenianos, tanto os nascidos nos leprosários, como os oriundos dos lares de onde saíram os doentes [...].

Como instituição complementar ao leprosário foi inaugurada em 1943 o Preventório Educandário Afrânio de Azevedo. Com a criação do leprosário da Colônia Santa Marta, o preventório tinha o objetivo de acolher os filhos das pessoas acometidas de hanseníase e que se encontravam internadas na instituição. O Decreto nº. 16.300, de 31 de dezembro de 1923 (artigo 445, inciso X, “j” e “m”), mandado publicar pelo Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, e “que expandia o quadro de doenças consideradas de notificação compulsória, determinava, dentre outras coisas, o seguinte: j) proibição da amamentação natural pelas mulheres leprosas; [...]; m) segregação imediata dos filhos nascidos de pais leprosos; [...]” (SILVA, 2013, p. 190). Daí a necessidade dessa outra instituição higiênica complementar.

Para sacramentar a política da eugenia em Goiás, foi inaugurado em Goiânia em 1954 o Hospital Psiquiátrico Professor Adalto Botelho. De acordo com o professor Éder Mendes de Paula, para os ideais eugênicos que foram utilizados nos discursos nacionalistas de que era necessário “conhecer o Brasil através de si mesmo”, na mentalidade dos

médicos sanitários, higienistas, “não bastava diagnosticar e curar a doença, mas evitar que ela surja” (2016, p. 61).

O controle do ambiente, como melhoramento eugênico da raça, que perpassava as ideias higienistas, não poderia ser compreendido apenas enquanto preocupação com o ambiente, “mas principalmente, a forma como o homem se vê e se comporta neste espaço que é compartilhado por muitos, mas que deveria ser o mais homogêneo possível” (PAULA, 2016, p. 61). A instalação dos manicômios testemunharia a atuação e institucionalização da eugenia na modalidade “higiene mental, pois depois da expressão máxima – que foi a construção de Goiânia – era necessário ordenar, classificar, estabelecer os comportamentos adequados para o novo meio social que se inaugurava” (Idem, 2016, p. 64).

Considerações finais

Após a Revolução Francesa no século XVIII ter significado o rompimento das amarras políticas que dificultavam o avanço do capitalismo, e a contenção dos movimentos sociais radicais de operários, como o da “Comuna de Paris” (1871) (MARX, 2021), e o massacre dos movimentos camponeses pelas forças prussianas na Alemanha (ENGELS, 2021), terem afastado as principais ameaças ao desenvolvimento das forças produtivas, o século XIX passou a testemunhar um notável avanço das investigações científicas em todos os campos do saber.

Estes avanços passaram, inclusive, a ter como objeto científico a manipulação da genética. Não tardou para que surgissem ideologias que vissem nessa intervenção a possibilidade de sua aplicação prática na busca de um aprimoramento racial.

Correntes teóricas se formaram, umas convictas que tal aprimoramento somente lograria êxito através de intervenção que determinasse um controle direto sobre os genes *perversos* (corrente mendeliana), seja criando condições para a reprodução dos “adequados”, seja impedindo a reprodução dos “inadequados” ou o seu cruzamento com os “sãos”. Ou simplesmente o extermínio dos “inadequados”, como adotado pelo Nacional Socialismo na Alemanha. Outras, de fundamento lamarkiano, viam na alteração das condições ambientais uma possibilidade de intervenção genética indireta, acreditando que pessoas saudáveis transmitiriam essa condição para as gerações futuras.

Essas correntes teóricas ganharam adeptos nos Estados Unidos, América Latina e no Brasil. Aqui, a vertente eugênica ganhou força com o movimento higienista, que logo se

consolidara como política de Estado nos governos pós-*Revolução* de 1930, e teve papel primordial na afirmação do sentimento de nação no Brasil.

Como pudemos perceber, o higienismo, ou se preferir, o sanitarismo, é vertente moderada da eugenia, adaptada à realidade brasileira, cuja constituição social, caracterizada pela multiplicidade racial, não recepcionou as correntes mais radicais, defensoras de práticas como a esterilização dos “inadequados”, proibição dos casamentos inter-raciais, pois, apesar de participarem dos debates, sucumbiram, mostrando-se propostas inviáveis para a realidade brasileira.

Tenhamos em conta que a partir das leis raciais de esterilização e da política deliberada de extermínio de pessoas, adotadas pelo nazismo antes e durante a segunda-guerra mundial, a expressão “eugenia” ficou estigmatizada, e talvez, por isso, praticamente toda discussão travada em torno do higienismo tenha omitido qualquer vinculação deste com a eugenia.

A particularidade da sociedade brasileira, composta pela multiplicidade de raças em sua formação, permitira acolher uma tendência mais amena do movimento eugenista, ainda que ciosa do melhoramento racial, e rechaçar as tendências radicais do movimento. Nesse sentido, ganharam terreno aquelas teorias que apregoavam a evolução genética através da mudança do ambiente, acreditando que um ambiente saudável forneceria as condições necessárias para o aprimoramento racial (herança dos caracteres adquiridos), ainda que se acreditasse, como desejo profundo, que a miscigenação levaria ao “branqueamento da população” em razão da superioridade genética dos brancos.

Estes debates coincidem, na década de 30, com um momento de busca de afirmação dos valores nacionais rumo à formação do estado-nação. Nesse ambiente de ufanismo e exaltação, o Estado se apropriara do discurso da medicina e passara a colocar em prática políticas sociais de intervenções sanitárias e higiênicas que pudessem redimir o país dos males do atraso, das doenças e de todas as mazelas que, acreditavam, impediam alçar-se aos degraus do mundo civilizado. Em Goiás, o ludoviquismo cumpriu o papel de interlocução entre as políticas eugênicas e a construção do projeto de nação.

Daí a importância historiográfica dos trabalhos acadêmicos que aqui foram referenciados, por demarcarem esse processo de apropriação do discurso higienista e o seu processo de institucionalização no projeto arquitetônico da cidade de Goiânia, na construção do Leprosário Colônia Santa Marta, na edificação do Preventório Afrânio de Azevedo e na construção do Hospital Psiquiátrico Professor Aduino Botelho.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Col. Estado de sítio. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. 2. ed. Goiânia: Cultura goiana, 1973.
- CHAUL, Nars N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Col. doc. goianos nº 17. Goiânia: Cegraf, 1988.
- COELHO, Gustavo Neiva. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Goiânia: UFG, 1997. Dissertação.
- ENGELS, Friedrich . **La guerra de los campesinos en Alemania**. Disponível em: <<https://www.omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/la-guerra-de-los-campesinos-en-alemania.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.
- FARIA , Kalyna Ynanhiá Silva de. **Da dignificação dos filhos de lázaros: um estudo sobre o preventório Afrânio de Azevedo. Goiânia 1942-1950**. Goiânia: UFG, 2014. Dissertação.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos de Cárcere: os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. v. 2. São Paulo: Civilização brasileira, 2016.
- MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848-1850**. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: < <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/as-lutas-de-classes-na-franca.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Goiânia: UFG, 1999. Dissertação.
- PAULA, Éder Mendes de. **Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás**. Goiânia: UFG, 2011. Dissertação.
- _____. **Da (in)visibilidade à categorização: o louco infrator em Goiás (1930-2010)**. Goiânia: UFG, 2016. Tese.
- SILVA , Leicy Francisca da. **Eternos órfãos da saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)**. Goiânia: UFG, 2013. Tese.
- SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.
- SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos: O asilo São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)**. Goiânia: UFG, 2010. Dissertação.
- _____. **As raízes profundas do jequitibá: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira**. Goiânia: Trilhas urbanas, 2021.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Tese.
- STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Col. História da Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.
- VICTOI, Raquel Simão. **Cidade polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia**. Goiânia: UFG, 2013. Dissertação.